

Os primeiros testes do viés protecionista do governo Trump

Lia Baker Valls Pereira

Pesquisadora da FGV IBRE e professora da Faculdade de Ciências Econômicas da Uerj

Os Estados Unidos possuem uma legislação de comércio exterior que provê ao Legislativo e ao Executivo um amplo conjunto de medidas de proteção aos interesses dos setores domésticos do país. Esse quadro advém do fato que nos Estados Unidos as relações comerciais do país com seus parceiros e a política comercial estão constitucionalmente sob a responsabilidade do Congresso. O presidente Trump acionou dois dispositivos legislativos que sinalizam a sua intenção de defender os pleitos dos setores domésticos, mas somente a sua decisão no final das investigações irá revelar o quanto Trump está disposto a entrar em “guerras comerciais”.

O primeiro se refere à abertura de duas investigações sobre painéis solares e máquinas de lavar sob a égide da Seção 201. Essa permite, se comprovado após uma investigação da Comissão Internacional do Comércio (ITC, International Trade Commission), um órgão do governo dos Estados Unidos, que se as importações de determinado bem causam sério dano à indústria doméstica, o Executivo poderá impor um aumen-



to de tarifas de importações até 50 pontos percentuais em relação às que estejam em vigor. Alternativamente pode optar pela imposição de cotas ou negociar um acordo voluntário de restrição às exportações, o que a Organização Mundial do Comércio desaprova. Quaisquer medidas, no entanto, têm prazo de duração no máximo de quatro anos. Em adição, o presidente pode não adotar medidas protecionistas e oferecer medidas de ajustamento para o setor (financiamentos) ou trabalhadores (treinamento para novas funções).

Observa-se que os Estados Unidos já impõem direitos (taxas) antidumping e compensatórias (subsídios) em relação às importações provenientes da China e de Taiwan. No entanto, isso levou ao desvio das importações para Malásia, Coreia do Sul, Cingapura, México, Tailândia e Vietnã. Algo similar ocorreu com as importações de máquinas de lavar. O que a Seção 201 irá permitir é ampliar o grau de proteção. O ITC já decidiu que houve dano e, logo, cabe exclusivamente ao presidente decidir que medida adotar.

A opção pela proteção trará algumas consequências negativas como apontam alguns analistas (Chad P. Bown do Peterson Institute of International Economics). No caso dos painéis solares haverá perda de empregos no setor de serviços, pois as instalações e manutenção dos painéis são feitos por empresas estadunidenses. O aumento nos preços dos painéis com o recuo das importações irá desestimular o uso das energias limpas e reforça a contribuição negativa dos Estados Unidos na questão ambiental. Em adição, poderá incentivar uma onda de demandas de investigações da Seção 201. Dos 74 casos da Seção 201 já investigados desde a sua criação, 40 foram positivos, mas o presidente somente concedeu restrições às importações em 19 investigações. Isso mostra que o Executivo foi cauteloso para não ensejar uma onda protecionista. A decisão de Trump será anunciada em 12 de janeiro de 2018.

O segundo caso se refere a uma investigação da Seção 301. A legislação autoriza o Executivo a tomar medidas contra terceiros países que violem direitos dos cidadãos estadunidenses (empresas) por descumprimento de acordos comerciais, utilizem práticas desleais que dificultem o acesso de bens e serviços em seus mercados, que não respeitem os direitos de propriedade intelectual, entre outros. Em 18 de agosto deste ano, a administração Trump abriu uma investigação contra a China, alegando que o país infringe os direitos de propriedade intelectual ao impor medidas que forçam transfe-

O protecionismo Trump passará por dois testes em 2018. Se ganhar, o cenário para o comércio mundial se torna mais imprevisível e menos transparente

rência de tecnologia para o investidor estrangeiro.

O tema da “imposição de transferência de tecnologia” é uma questão sensível para a China com os Estados Unidos e seus principais parceiros. A entrada do investimento estrangeiro na China está condicionada a três regulações referentes às seguintes situações: *joint ventures* de cooperação entre empresas chinesas e estrangeiras; *joint ventures* através de acordos de compras de ações/capital entre empresas chinesas e estrangeiras; e empresas totalmente estrangeiras com investimento em solo chinês.

Além disso, o Ministério do Comércio atualiza periodicamente um catálogo com diretrizes em relação ao investimento estrangeiro. Na última atualização, foi publicada uma lista com empresas que são incentivadas, uma lista negativa de indústrias que limita a participação do investidor estrangeiro e uma lista de setores proibidos. Hufbauer e

outros (<https://piie.com/commentary/op-eds/section-301-us-investigates-allegations-forced-technology-transfers-china>) exploram esse tema e argumentam que a multiplicidade de órgãos que avaliam a entrada do investimento e monitoramento nos casos de transferência de dados via tecnologias de informações são indicativos da prática chinesa de “impor transferência de tecnologia”.

Os próprios autores do estudo citado admitem, porém, que não é um caso que se prova facilmente. O caminho correto seria abrir uma investigação no mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas além das investigações poderem demorar até 4/5 anos, uma decisão final contra a China não é garantida.

A investigação da Seção 301 contra a China tem o prazo de um ano para chegar ao veredito final. Como seria esperado, os chineses já manifestaram sua indignação. Como na Seção 201, se o resultado for contrário à China, caberá ao presidente decidir se irá impor uma retaliação (é escolhida uma lista de produtos ou medidas). Antes disso, porém, é aberto um diálogo para que se chegue a uma solução negociada. O clima de “contencioso comercial” com a China aumentou. Uma alternativa seria avançar o acordo de investimento bilateral China-Estados Unidos, onde todas essas questões poderiam ser negociadas.

O protecionismo Trump passará por dois testes em 2018. Se ganhar, o cenário para o comércio mundial se torna mais imprevisível e menos transparente. 